

## **CNDH e conselhos de todo o Brasil participam do 3º Encontro da Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos**

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH e conselhos de direitos humanos de todo o Brasil participaram hoje (06) do 3º Encontro da Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos e da 5ª Reunião Ampliada dos Conselhos Estaduais, Distrital e Nacional de Direitos Humanos. Os eventos ocorreram por videoconferência devido à pandemia do novo coronavírus.

A abertura teve participação do presidente do CNDH, Renan Sotto Mayor, que destacou a importância do papel dos conselhos estaduais para a defesa dos direitos humanos. “O CNDH busca ter uma atuação ampla e nacional e, para tanto, é fundamental dialogar com as necessidades locais. Assim, precisamos de articulação com a rede de conselhos, que conhecem a realidade local, para a efetividade das ações. Os espaços de participação social são fundamentais para pluralizar o debate e trazer concepções além da do poder público, mas também concepções forjadas na luta”, afirmou Sotto Mayor. A conselheira Eneida Guimarães, vivemos um momento muito difícil para o controle O debate abrangeu o balanço da participação e do controle social em direitos humanos no Brasil, com a perspectiva nacional e estadual. A presidenta do Conselho Estadual de Direitos Humanos da Paraíba - CEDH/ PB, membra pela da região nordeste no Grupo Referência da Rede de Conselhos de Direitos Humanos, Guiany Coutinho, informou que há atualmente 25 estados com conselhos criados por lei. Destes, quatro não estão em funcionamento (Acre, Amapá, Goiás e Pará).

Coutinho lembrou que as violações acontecem em todas as regiões do país e atingem de modo mais violenta nos mais vulneráveis. “Em tempos de pandemia, para atuar na defesa da vida, é preciso que os conselhos estejam em pleno funcionamento para que fiquem atentos e possam intervir diante de tantas violações”, afirmou.

O fortalecimento da independência e autonomia das instituições e conselhos foi debatida pelo conselheiro do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul - CEDH-RS, membro pela região sul no Grupo Referência da Rede de Conselhos de Direitos Humanos, Paulo César Carbonari.

“É difícil falar do fortalecimento de conselhos no contexto de ataque cerrado aos direitos humanos, não só pela dificuldade da mobilidade da pandemia, mas principalmente pelo momento político, econômico e social que vivemos. Portanto, fortalecer conselhos nesse momento histórico é colocarmos pontos de resistência e dizermos ‘não vamos nos render’”, pontuou Carbonari.

Ele destacou a necessidade de que a composição dos conselhos sejam no mínimo paritária para que mantenha a independência; a definição clara da capacidade de atuação; a definição de membros realizada pelos pares e com mandatos periódicos; e autonomia sobre a gestão orçamentária.

Para o vice-presidente do CNDH, Leonardo Pinho, diante do objetivo do CNDH de ser reconhecido pela ONU como Instituição Nacional de Direitos Humanos – INDH, seguindo os Princípios de Paris, a autonomia e independência do Executivo, do Legislativo e do

Sistema de Justiça condiciona toda a discussão sobre a participação por meio de conselhos de direitos humanos. Ele destaca que em diversos países estudados, a composição dos conselhos sequer têm membros de governo em seu interior, contando com participantes de especialistas e setores de sociedade civil organizada. “Nosso modelo é singular pela participação de governo e também por uma paridade reduzida a membros do Executivo na maioria dos conselhos, ou seja, permeada pelo governo e não pelo caráter de Estado”, disse Pinho.

Em seguida, a conselheira do CNDH, coordenadora do Grupo Referência da Rede de Conselhos de Direitos Humanos pela Mesa Diretora do CNDH, Eneida Guimarães conduziu o debate e escuta de todas e todos os representantes de conselhos.

O encontro debateu ainda desafios e possibilidades dos conselhos, como a destacada pelo vice-presidente do CNDH: a busca por uma definição de parâmetros mínimos para um funcionamento pleno de um conselho estadual e municipal de direitos humanos, com vistas a buscar uma incidência da rede de conselhos para atingir o patamar necessário para uma atuação efetiva da defesa e promoção dos direitos humanos.

#DireitosHumanos #ParticipaçãoSocial